

MISSIONÁRIAS EDUCADORAS EM SÃO PAULO: UMA INVISIBILIDADE HISTÓRICA (SÉCULOS XIX e XX)

Jane Soares de Almeida*

Vania Regina Boschetti**

Recebido: 03 abr. 2012

Aprovado: 12 abr. 2012

* Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba. Coordenadora do Grupo de Estudos de História da Educação – GEHE. Sorocaba, SP, Brasil. E-mail: jane.almeida@prof.uniso.br.

**Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba. Professora titular de História da Educação do Curso de Pedagogia da Universidade de Sorocaba. Integrante do Grupo de Estudos de História da Educação – GEHE. Sorocaba, SP, Brasil. E-mail: vania.boschetti@prof.uniso.br.

O conhecimento da história da educação é necessário para compreender o processo evolutivo de todo fenômeno social. Trata-se de um conhecimento que enriquece e amplia as fontes de referência, superando as ingenuidades, entusiasmos simplistas, pois fornece à reflexão filosófica o conteúdo da realidade sobre a qual se pensa.

Casemiro dos Reis Filho.

Resumo: O artigo traz uma reflexão sobre religião, gênero e educação, procurando mostrar como as doutrinas religiosas foram defensoras e propagadoras dos papéis a serem desempenhados pelas mulheres. Dirigindo-se mais especificamente aos trabalhos educativos desenvolvidos pelas escolas protestantes em São Paulo, o texto aborda a relevância da atuação eclesial no período e, como as Igrejas, por meio das instituições escolares, atuou em defesa dos desvalidos, na implantação das ideias de paz e de justiça e, no avanço intelectual e moral da sociedade. Nesse aspecto, muitas das professoras além de personificarem os arquétipos femininos para o exercício do magistério, também defenderam a co-educação como premissa de ideais democráticos e igualitários.

Palavras-Chave: Mulheres educadoras. Princípios religião. Escolas protestantes.

PROTESTANT MISSIONARIES IN SÃO PAULO: A HISTORICAL INVISIBILITY (XIXTH AND XXTH CENTURIES)

Abstract: The article brings a reflection about religion, gender and education, trying to show how the religious doctrines were defender and spreader of the women's roles. Looking more specifically at the works developed by protestant schools from São Paulo, the text deals with the importance of the ecclesiastical performance through that period and, how the Churches through the educational institutions, acted in the benefit of the less favored, on the implementation of the ideals of peace and justice and, on the intellectual and moral advances of society. Inside this aspect, many of the teachers, besides characterize the feminine standards of teaching, they also defended the co-education as a principle of democratic and equalitarian ideals.

Key words: Women's education. Religious principles. Protestant schools.

INTRODUÇÃO

Os cristãos, ao longo dos séculos, impuseram sua crença ocidental aos demais povos ao redor do mundo por meio do imperialismo teológico, num processo de aculturação que levou à perda da religião original de conglomerados primitivos. Apesar desse objetivo inicial, as igrejas deram significativa contribuição na defesa dos povos oprimidos, na erradicação da pobreza e da fome, na implantação da justiça e da paz como utopias possíveis para a humanidade, agindo como moralizadoras e guardiãs da ética sexual e da sacralidade do casamento, incumbidas de facilitar a passagem das almas para a vida eterna, segundo as crenças que defendiam. A estas, eram somadas as ideologias da época, pontos de vista morais e fatos significativos da realidade ao qual se aliavam questões de natureza subjetiva, derivadas da necessidade muito humana de crer no divino para subjugar o medo atávico da morte, talvez a única certeza no âmbito das ações de homens e mulheres despojados dos avanços da ciência e conquistas de um mundo que se secularizava.

O cristianismo construiu uma verdadeira legião de mediadores de imagens e mensageiros, proporcionando assim, a proliferação de representações e do representativo, valendo-se disso para construir sua imagem no mundo. Pode-se afirmar, que o campo religioso cristão é um terreno fértil para a elaboração de representações para o seu estudo (SILVA, 1996, p. 129).

A religião sempre foi decisiva na definição de padrões comportamentais femininos: o catolicismo, ao impor às mulheres a imagem da Virgem e Mãe, arquétipos sem dúvida dicotômicos; o protestantismo com seus ideais ascéticos e puritanos derivados da doutrina calvinista; o islamismo infringindo ao sexo feminino as mais pungentes humilhações e cerceamento de liberdade individual; as religiões de origem afro ou hindu contribuindo para imposições de origem cultural e religiosa ao longo dos séculos. Nesse sentido, a ideologia religiosa podia deformar a realidade e solidificar as ideias veiculadas pela cultura, gerando diferentes comportamentos humanos ligados ao clima, às raças, à geografia, ao desenvolvimento da economia e da política, alicerçando na sociedade um sistema de crenças e de comportamentos coletivos. Nesse sistema de crenças, a fé no mundo sobrenatural ocupava um lugar determinante nas manifestações culturais, modelando o imaginário e instaurando comportamentos ditados pela liturgia das variadas crenças.

A Igreja Católica no Brasil colonial não se desenvolveu nos princípios dogmáticos e de autoridade, tão presentes no modelo espanhol. O território extensivo, as diversidades culturais entre a população nativa, a escrava e a portuguesa (esta nem sempre de melhor estirpe) redundaram numa prática religiosa pouco ortodoxa e quase sempre sob a responsabilidade de irmandades e confrarias leigas.

No caso brasileiro existe uma miscigenação religiosa que incorpora a sacralidade original da simbologia europeia cristã, a religião de origem africana trazida pelos escravos; a religião indígena dos naturais da terra, acrescidas posteriormente de crenças asiáticas. Esse sincretismo religioso hoje se traduz em diferentes liturgias, seja nos grandes templos católicos e evangélicos, seja nos cultos domésticos e de *terreiros* de origem africana, estruturando-se um misticismo de várias faces, não necessariamente fiéis a uma ou outra fé, mas permitindo a sua coexistência, dada a histórica liberdade de crença garantida pela Constituição Brasileira desde o século XIX e a tolerância religiosa.

Ao longo dos séculos, nas nações católicas, um modelo normativo de mulheres que se inspirava nos arquétipos do cristianismo, espelhou a cultura vigente instituindo formas de comportamento onde se exaltavam virtudes femininas como castidade e abnegação, forjando uma representação simbólica imposta pela religião e pela sociedade, na qual o *perigo* era principalmente representado pela sexualidade. Essa ideologia desqualificava as mulheres do ponto de vista profissional, político e intelectual. O uso de uma linguagem mística para qualificar o papel feminino foi utilizado pela ideologia cultural que buscava na religião as metáforas e analogias para definir a mulher-mãe com atributos de *santa, anjo de bondade e pureza*, qualidades que todas deveriam possuir para serem dignas de coabitar com os homens e com eles gerar e criar filhos.

Pelos princípios da Igreja Católica educação e evangelização se confundem. Associavam a figura da mulher santa, feita à imagem de Maria, à pureza de corpo e espírito, enquanto as mulheres desviantes, transgressoras, principalmente as prostituídas, seriam ligadas à maldade, à perfídia, ao pecado e à decadência. Se a primeira era o espírito e a santidade, a segunda seria carnal e pecadora, levando os homens à corrupção do caráter e do corpo. No entanto, ambas deveriam ser submissas e dependentes, pois a ordenação social assim o exigia, e a *ordem natural das coisas* não deveria ser questionada por aquelas que eram as destinatárias de um processo de

controle ideológico altamente repressor. Essa imagética regrou a sexualidade das mulheres e do casal, perpassando toda a vida social do século XIX e se estendeu ao século XX veiculada na sociedade, na família e na educação. Nas escolas as moças eram instruídas quanto à importância da castidade e da pureza; nas igrejas deveriam confessar ao padre ou pastor quaisquer pensamentos *impuros* que porventura tivessem quanto ao sexo; na família se impedia toda e qualquer manifestação voltada para explorar ou exercer a sexualidade e as transgressões eram severamente punidas. Na percepção de Ivan Manoel (1996), essas e outras premissas presente na catequese, podem ser explicadas pelo interesse da Igreja Católica em manter-se como centro de referência para o mundo ocidental.

No território brasileiro nos anos finais do século XIX, as mulheres, de acordo com as premissas do positivismo, corrente que havia tomado corpo no país e sido assimilada pelas mentes ilustradas da época, eram vistas como seres dotados de atributos de pureza e doçura, responsáveis pela preservação da família e da moral cristã, mães generosas, espíritos de sacrifício, salvadoras da pátria, o que as colocava como responsáveis por toda a beleza e bondade que deveriam impregnar a vida social. O pensamento positivista valorizava as mulheres como mães e esposas abnegadas, para quem o lar era o altar no qual depositavam sua esperança de felicidade, sendo o casamento e a maternidade suas únicas aspirações. Educadoras da infância, sustentáculos da família e da pátria, defensoras da moral e bons costumes, nelas se depositavam as esperanças da nova sociedade que se edificava sob os auspícios do liberalismo republicano.

Os anos iniciais do século XX iriam ultrapassar, em parte, a teoria das diferenças biológicas propostas pelo positivismo, porém, essas diferenças iam ao encontro de uma ideia de sociedade que necessitava da presença feminina, ao mesmo tempo em que serviam para referendar a ocupação do espaço público pelos homens, segregando-se as mulheres nos limites do privado e reservando a elas o cuidado com os filhos, os quais deviam ser depositários dos seus ensinamentos morais. Apesar de reforçar o discurso de desigualdade entre os sexos e incorporar a imagética da inferioridade feminina em alguns aspectos, o Positivismo advogou instrução igual para homens e mulheres, embora, paradoxalmente, seus seguidores houvessem se manifestado contrários à coeducação, processo que já havia se estruturado no sistema escolar norte-americano e que havia sido objeto das reivindicações feministas nos anos iniciais do século em alguns países da Europa.

A educação que se pretendia igual para os dois sexos, na realidade diferenciava-se nos seus objetivos, pois, de acordo com o ideário social, o trabalho intelectual não devia fatigar o sexo feminino, nem se constituir num risco a uma constituição que se afirmava frágil e nervosa. O fim último da educação era preparar as mulheres para o serviço doméstico e o cuidado com o marido e os filhos, não se cogitando que viessem a desempenhar uma profissão assalariada. A mulher educada dentro dessas aspirações masculinas seria uma companhia mais agradável para o homem que transitava regularmente no espaço urbano, diferentemente da prática do período colonial com seu recolhimento e distanciamento do espaço da sociabilidade. As décadas seguintes continuaram idealizando um perfil feminino de desprendimento, bondade, beleza e meiguice, e a mulher-mãe devia ser pura e assexuada e nela repousavam os mais caros valores morais e patrióticos. Apesar das conquistas efetivadas ao longo das primeiras décadas do século XX, como o acesso ainda restrito das mulheres ao ensino superior e a algumas profissões, os ideais positivistas permaneceram.

Para positivistas e cientificistas:

[...] justificava-se o ensino para a mulher que, ligado ainda à função materna, afastasse as superstições e incorporasse as novidades da ciência, em especial das ciências que tratavam das tradicionais ocupações femininas [...] disciplinas como puericultura, psicologia e economia doméstica, representariam, ao mesmo tempo, a introdução de novos conceitos científicos, justificados por velhas concepções (LOURO, 1997, p. 448).

Do ponto de vista sócio-antropológico, a herança portuguesa influenciou decisivamente na construção da identidade feminina brasileira. Barreira (1992), visita o cotidiano da mulher burguesa em Portugal, de 1890 a 1930, apontando para as características da família, a intimidade doméstica, a moda, os cuidados com o corpo e as possibilidades de acesso à cultura. Concomitantemente, nos meados do século XIX, por volta de 1865, os relatos dos viajantes pelo Brasil mostraram o pouco que se cuidava da educação das mulheres, criticando os costumes herdados dos portugueses que as confinavam no lar. De acordo com esses costumes, que detiveram o poder de perdurar por décadas, da Colônia aos tempos republicanos, as mulheres não precisavam de muita instrução, apenas o suficiente para agradar socialmente.

Nas primeiras décadas da República, essa situação principiou a ser paulatinamente alterada quando as jovens começaram a ser instruídas em nível primário e secundário. No

entanto, devido à separação dos papéis sexuais que reservavam às mulheres tradicionalmente apenas a função de esposas e mães, dificilmente as moças chegavam a cursar o ensino superior.

No Brasil, nos finais do século XIX, o positivismo e o higienismo haviam indicado que competia às mulheres a responsabilidade educativa das crianças, sendo essa proposta defendida vigorosamente nos meios políticos, científicos, religiosos, sanitários e intelectuais. Essa responsabilidade nunca deveria transpor as fronteiras do lar, nem ser objeto de trabalho assalariado. O trabalho somente poderia ser lícito se significasse cuidar de alguém, doar-se com nobreza e resignação, e servir com submissão, *qualidades inerentes às mulheres*, premissas com as quais também se afinavam profissões ligadas à saúde, como enfermeira ou parteira.

O pressuposto da inferioridade biológica e intelectual das mulheres levou o positivismo a considerar natural a inserção dos homens no poder, baseando-se na diferença de ordem biológica entre os sexos, o que justificava a subordinação e opressão feminina e seu afastamento da esfera pública. Os sofismas positivistas respaldaram o movimento higienista brasileiro quando os médicos sanitaristas, a serviço do Estado decidiram, em nome do progresso e das necessidades profiláticas dos crescentes centros urbanos que se alicerçavam na antiga colônia, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, reservar à mulher a responsabilidade pela higiene doméstica e os cuidados com a saúde da prole.

Os anos iniciais do século XX continuaram atrelados a essas concepções, não estando prevista a concorrência com os homens em termos profissionais e intelectuais, o que possibilitaria a ultrapassagem dos limites de segurança social. As correntes ideológicas que orientaram o pensamento das elites intelectuais no período republicano reforçaram essa destinação *natural* e manifesta das mulheres, ressaltando seu valor na educação dos filhos e ancorando nesse *destino* a necessidade de sua educação, além de lhes reservar o papel de transmissoras da moral, dos bons costumes e guardiãs da virtude e da religiosidade. Esse período foi de poucas conquistas femininas, mesmo diante do exemplo das européias e das norte-americanas indo ao mercado de trabalho por conta das guerras que davam visibilidade ao trabalho feminino fora do lar. Porém, os ganhos reais de liberdade foram poucos e a tradição continuou ditando seu comportamento e limitando seu espaço fora das fronteiras do lar, normatizando condutas, impedindo a expansão da sexualidade e da conquista de uma profissão que não fosse socialmente aceita.

Ao longo das décadas, a concepção vigente sobre as aspirações das mulheres pregava que seu destino se resumia em amar e serem amadas; pelo amor concretizavam na maternidade cuidados domésticos sua máxima aspiração, e para esses objetivos devia ser direcionada a sua educação.

A EDUCAÇÃO E O MISSIONARISMO PROTESTANTE

De acordo com Goldman (1972), ao fim da Guerra Civil Americana, começaram a surgir movimentos imigratórios para o Brasil. São Paulo recebeu a maior parte desses norte-americanos, sulistas derrotados pelas armas que também haviam perdido seus escravos e o estilo de vida. O objetivo de manter a educação e a cultura de origem protestante, levou-os à instalação de igrejas e escolas.

Nos finais do século XIX, os missionários americanos vieram ao Brasil cada vez em maior número, trazendo esposas e filhas que se incumbiam do ensino nas escolas, enquanto os maridos divulgavam a doutrina aos nativos da terra e davam a necessária assistência espiritual aos que já professavam ou viessem a adotar a fé protestante. A expansão do território e a intensificação do comércio justificavam a ação missionária que se processava a mando do imperialismo, com o argumento da *missão divina*, o que possibilitava a consequente expansão capitalista e vinha ao encontro dos interesses econômicos e políticos dos Estados Unidos. Aliava-se a isso uma intencionalidade de contar com uma alternativa para a transferência da população negra, que se multiplicava pelos estados após a Guerra de Secessão e evitar a miscigenação racial no próprio país de origem. Os missionários, nas suas andanças pelo sertão, quando voltavam à São Paulo escreviam seus relatórios à Junta nos Estados Unidos, contando do modo afável dos brasileiros, principalmente paulistas e cariocas, seus hábitos livres, as uniões não legalizadas, a tolerância e o respeito pela religião alheia. Informavam que o analfabetismo reinante entre homens, mulheres e crianças era um obstáculo à conversão baseada na leitura da Bíblia, dificultando o progresso e a ascensão social, ideia firmemente plantada pela corrente liberal capitalista. Imbuídos dessa crença, os missionários envidavam esforços para a criação de colégios onde pudessem se encarregar da educação dos brasileiros e convertê-los à verdadeira fé. Desse modo, a ação educacional protestante veio suprir, à medida do possível, a necessidade educativa

das pequenas vilas do interior, em termos de alfabetização. Barbanti, (1985,p.3) esclarece que para os missionários norte-americanos a educação era considerada um meio indispensável para o sucesso do protestantismo em todo o mundo, e para o desenvolvimento de cada nação.

Nos tempos imperiais, os protestantes conseguiram alicerçar-se no sistema educacional, principalmente entre a população de baixa renda e imigrantes europeus. Esse quadro principiou a mudar com o republicanismo, que nos finais dos oitocentos exerceu sua influência nas mentes ilustradas do país quando as correntes liberais e progressistas fariam com que as elites e setores da classe média voltassem seus olhos para o ensino protestante, tão distanciado em objetivos e métodos da educação católica. Hilsdorf (1986) explica que o processo de penetração e afirmação do protestantismo, no final do século XIX, esteve ligado ao povo de fé reformada: imigrantes de origem germânica e do missionarismo norte-americano de presbiterianos, batistas e metodistas. O ideário de uma educação que atingisse a toda a população e que o ensino de crianças estivesse sob responsabilidade feminina fez com que as missionárias protestantes fossem as principais incumbidas do trabalho nas escolas. A concepção de trabalho como vocação e de glorificação da palavra de Deus, de acordo com a ascese protestante, não poderia alijar da sua realização o sexo feminino, por mais difícil que este se apresentasse. Para os protestantes, impedir as mulheres de trabalhar, ao contrário do espírito religioso católico e ainda atrelado ao colonialismo lusitano que via o trabalho feminino como desairoso, seria também impedir a exposição da vontade divina.

Apesar da orientação norte-americana de atribuir às mulheres a incumbência de educar a infância, os membros da Junta de New York manifestavam dúvida e preocupação quanto à possibilidade das missionárias ensinarem meninas nesses lugares ermos do interior da província, por conta das privações e riscos a que eram submetidos os evangelizadores. Uma preocupação que também se referia ao seu próprio país, pelo perigo das grandes extensões territoriais e a vida em estado quase selvagem nas fronteiras mais distantes. Porém também entendiam a necessidade de seu trabalho já que para a importante tarefa educativa todos os recursos humanos deveriam ser aproveitados, principalmente quando se tratava de um país católico, subjugado por um clero inepto e cheio de vícios, vivendo em desacordo com a moral cristã e sem nenhum código de ética, como a adotada no protestantismo.

AS MISSIONÁRIAS EDUCADORAS

Apesar das preocupações com sua segurança e conforto, as missionárias costumavam corresponder às expectativas e Ella Kuhl, Margareth Scott, Mary Dascomb e Clara Hough, entre outras, foram enviadas pela Junta para criar escolas e organizar seu projeto pedagógico de acordo com o método de ensino norte-americano. Muitas foram as dificuldades, principalmente os cortes financeiros que afetavam as escolas e as professoras missionárias chegavam mesmo a cobrir gastos com seu próprio salário, conforme escreveu Ella Kuhl para Mary Dascomb em janeiro de 1899.³¹

A Junta em Nova Iorque costumava acatar os constantes pedidos de ajuda por parte dos missionários e seus membros também comungavam a mesma idéia acerca do valor da instrução para o êxito da empreitada protestante e enviavam para o Brasil homens e mulheres com o objetivo de divulgar não só a fé religiosa, como o ensino segundo os preceitos norte-americanos, além de colaborar para o pagamento de salários dos professores brasileiros convertidos. Consideravam o Brasil um importante e promissor campo de missão, chegando mesmo a afirmar que os missionários no estrangeiro sofriam menos privações do que em seu próprio país, referindo-se ao trabalho nas fronteiras do território norte-americano, enfrentando uma terra ampla e ainda selvagem em muitos pontos. Seguindo a rota do café a prática educadora protestante, foi se apresentando pelo interior paulista e cidades do sul do país.

Em menos de cinquenta anos, as cidades mais importantes do país tinham uma escola americana protestante, com classes onde predominavam as professoras, abertas aos filhos dos convertidos e aos setores interessados em proporcionar aos seus filhos uma educação diferenciada da tradição católica e da ineficiência da escola pública de então, constituindo uma alternativa aos colégios internos católicos e competindo com as particulares.

Nesse período a presença das mulheres na educação escolar pública paulista se fazia cada vez mais freqüente, mas ainda era vista com resistência por parte de segmentos conservadores mais tradicionais. As professoras das escolas primárias públicas, enfrentavam no interior da província preconceitos diversos que se apoiavam na imagética do trabalho ser nocivo para as mulheres e até mesmo atentar para sua formação moral. Isso acontecia a espaços, apesar do ideário positivista alocar ao sexo feminino, a tarefa de educar a infância, por conta da resistência de parcelas mais conservadoras quanto aos papéis sexuais reservados aos dois sexos.

³ Microfilme Brazil-Mission, 1833-1911, nº 149.

A presença das educadoras protestantes pode ter contribuído para que essa mentalidade fosse mudando, dada a admiração que intelectuais e educadores paulistas nutriam pelo modo de vida americano. As mulheres e as filhas dos ministros chegavam acompanhando maridos e pais e ajudavam a levar a bom termo seu trabalho, incumbindo-se de lecionar nas escolas levantadas junto às igrejas, alfabetizar as crianças e introduzi-las na leitura da Bíblia, não permanecendo ociosas e inclusive assumindo encargos de direção e organização das escolas. Nomes como Mary P. Dascomb, Mary Ann Chamberlain, Elmira Kuhl, Nanie Henderson, Mary Videau Kirk, Charlotte Kemper, Kate Bias, Mariquinhas Prestidge, Phoebe R. Thomas, Ellie Miller, Rosa Vieira Ferreira, Adelaide Molina, Miss M.G. Goodale, Anna Nicodemi, Maria E. Ellis, Carrie Porter, Virginia E. Porter, Marcia Browne, entre outras, foram importantes na divulgação de uma concepção de ensino que pregava a igualdade e a democracia, a ênfase em valores morais e a conversão religiosa.

Essas mulheres, tanto as americanas, como as brasileiras convertidas que abraçaram seus propósitos educacionais, além da educação dos meninos e meninas, empenharam-se na formação de novos quadros profissionais que pudessem dar continuidade ao seu trabalho em esfera local. Para isso investiram na criação de escolas que pudessem também formar professores e professoras para o ensino primário que em fins do século XIX passava por tentativas de implantação e reforma em São Paulo.

Escolas foram criadas em vários locais, tanto em São Paulo, como nas outras províncias, sustentadas em parte pelos pais dos alunos e por fundos da Missão. Eram tempos difíceis, de dinheiro escasso para os missionários, os gastos eram consideráveis e as escolas consumiam muito numerário, não sendo poucas as que fechavam por dificuldades financeiras. As escolas americanas se notabilizavam por enfatizar um ensino no qual a tônica era a solidariedade e o individualismo ético, onde imperavam valores como honra, virtude, respeito mútuo, temperança e liberdade, derivados da religião e do acatamento de seus preceitos. Buscavam motivar e incentivar alunos e alunas a seguirem um modelo de educação que propiciasse mudanças comportamentais e instituisse valores diferenciados na sociedade brasileira, que não aqueles calcados no modelo clerical católico.

Muitos intelectuais formadores de opinião como Rui Barbosa, Rangel Pestana, Caetano de Campos, entre outros, viam com simpatia essa forma dos protestantes veicularem sua concepção

e modo de vida e não foram poucos os que consideravam o *modelo cultural* norte-americano como algo a ser seguido, vendo as possibilidades de implantá-lo no Brasil, país que procurava organizar um sistema de ensino que o equiparasse às grandes nações do mundo. Com a criação e funcionamento das escolas americanas, a prática protestante começava a erigir novos valores sociais, como os pais investindo nas escolas, colaborando para pagar professores e ajudando os filhos sempre que possível, ao mesmo tempo em que se valorizava o trabalho das mulheres como educadoras de crianças e implantando a co-educação dos sexos, princípios adotados nos Estados Unidos da América do Norte desde 1850, aproximadamente.

Nesse período, estudantes brasileiros iam aos Estados Unidos completar sua formação, diferentemente dos tempos monárquicos quando a referência era a Europa. No Brasil, os protestantes desejavam formar elites em suas escolas, as quais, convertidas ou não, abraçassem seu modelo cultural e ético voltado para valores como trabalho, moderação, religiosidade, respeito. Queriam formar seres humanos semelhantes àqueles de seu país, imbuídos de ideais democráticos e do desejo de servir à Deus e à Pátria e que fossem agentes de mudanças sociais. Porém eram unânimes em afirmar que nas aulas e na orientação pedagógica nas escolas evitavam o proselitismo, não exigiam conversão à sua fé, nem a observação de seus preceitos religiosos. Mas, nos relatórios enviados à Junta demonstravam inequivocamente que também queriam formar pastores para dar prosseguimento à sua missão e atrair os jovens para *a verdadeira fé*.

Na organização das escolas utilizavam os princípios de classificar os alunos pelo seu índice de inteligência e aplicação, criticando a falta de homogeneidade das classes nas escolas brasileiras. Pregavam a liberdade e a democracia como valores essenciais na formação do cidadão. Os presbiterianos vindos do norte opunham-se à escravidão e ao monarquismo que contaminavam a sociedade brasileira e inculcavam valores antidemocráticos, perniciosos ao funcionamento de uma sociedade bem organizada. Nos cursos instituíram o ensino graduado com classes de ler, escrever, dominar as quatro operações, o ensino do inglês, geografia, português, latim, francês, alemão, grego. Em continuidade aos anos iniciais básicos, abriram um curso acadêmico com matérias como matemática, línguas, história, geografia, filosofia, física, química, direito público.

Desobrigados de preparar o sexo feminino para o ensino superior, o ensino secundário fornecido pelos estabelecimentos particulares puderam dar às mulheres um ensino fundamental no enciclopedismo, libertando-se dos vícios decorrentes dos exames parcelados e preparatórios (RIBEIRO, 1996, p. 22).

O ensino religioso veiculava valores morais e éticos, onde se pregava o valor dos indivíduos por sua honradez e virtude e o respeito pelo Criador. Esses princípios e esses valores deram a tônica das escolas protestantes na sua organização e funcionamento.

Quando em 1870, em São Paulo, Mary Chamberlain organizou a classe para meninas protestantes, a grande procura fez com que o reverendo Chamberlain considerasse que o Sistema Escolar do Império era insuficiente e que necessitava haver um lugar para ensinar a todos aqueles que eram perseguidos nas escolas públicas fossem ou não protestantes. As mesmas reflexões fizeram Georg Nash Morton e Edward Lane, ministros presbiterianos que haviam chegado em 1868 com o objetivo de determinar qual o melhor lugar para sediar a Missão no Brasil. O reverendo Lane era do Nashville Committee das Igrejas do Sul dos Estados Unidos e de origem inglesa, tendo estabelecido o centro de suas atividades missionárias na região de Campinas. Em 1870, Lane e Morton fundaram em Campinas a Igreja Presbiteriana e a escola que funcionou por um ano. Em 1873 a escola organizou-se melhor e teve funcionamento contínuo, onde lecionou Miss Nanie Henderson e, posteriormente veio ajudá-la Miss Mary Videau e John W. Dabney, para lecionar no College. Estava iniciando-se o funcionamento do Colégio Internacional de Campinas que em 1875 recebeu a visita do Imperador D. Pedro II. Em 1879, devido a dificuldades financeiras que abalaram o colégio, Morton vai embora para São Paulo levando metade do corpo docente com o objetivo de abrir uma escola sua.

Em outubro de 1871, Chamberlain organizou uma reunião em São Paulo com o objetivo de conseguir apoio para a fundação do College. Os missionários Morton e Lane também estiveram presentes e em dezembro realizaram reunião similar para fundar o colégio de Campinas. Tanto os missionários radicados em Campinas, como o reverendo Chamberlain propunham fundar um tipo de colégio que englobasse o curso primário, o secundário e o curso superior científico. Na escola de São Paulo, a assembléia decidiu que usaria os métodos e a organização escolar, praticados nos Estados Unidos e a língua utilizada seria a portuguesa funcionaria em regime co-educativo e a língua utilizada seria o português. Dar-se-ia ênfase ao treinamento manual, à ginástica e aos esportes em geral, e os turnos funcionariam em regime de

internato. De acordo com os princípios éticos e democráticos norte-americanos considerava-se que sendo a educação um direito do indivíduo, existia também a obrigação de garanti-la indistintamente a todos, independentemente da raça, da cor, do sexo ou da classe social. A propaganda religiosa seria excluída e a função do ensino religioso seria apenas debater valores éticos e morais, descartando-se o proselitismo religioso.

Em 1896 foi inaugurada uma Escola de Engenharia no Mackenzie que seguiria os mesmos princípios de suas congêneres norte-americanas: laboratórios, trabalho de campo, professores em tempo integral, teoria e prática caminhando juntas. Horace Lane, ao assumir a direção do colégio deu nova vitalidade à tão sonhada escola de Chamberlain. Também foi convidado para colaborar com o Governo de São Paulo como consultor educacional de Caetano de Campos e Cesário Mota, responsáveis pela organização do ensino público no estado. Lane pode ser considerado um nome de destaque no ensino paulista, assim como ele próprio reconheceria o valor de duas professoras, Miss Mary P. Dascomb e Miss Ella Kuhl.

A CORRESPONDÊNCIA DE MARY DASCOMB COM HORACE LANE

Mary Parker Dascomb era filha de missionários e educadores nascida em Providence, Rhode Island, em 1842. Havia vindo uma primeira vez ao Rio de Janeiro como preceptora dos filhos do cônsul norte-americano. Em 1869 foi convidada por Simonton para integrar a equipe missionária e alguns anos depois dirigia a *mission school* de Brotas, na província de São Paulo. Percorreu as várias vilas no interior da província como Botucatu, Brotas e Rio Claro indo depois fixar-se no Paraná onde, juntamente com Ella Kuhl, fundou em 1892 a Escola Americana de Curitiba. Durante o período de 1886 a 1907 escreveu várias cartas a Horace Lane relatando desde fatos corriqueiros até sua preocupação com o ensino protestante no Brasil, reafirmando sua fé e sua crença no valor da ação missionária educativa.² Ella Kuhl também nasceu em 1842 em Cooper Hill, pequena cidade em Nova Jersey. Formou-se professora pelo *Women's College* de

⁴ Uma compilação de algumas dessas cartas foi feita por Goldman (1961), as quais se encontram publicadas nos Anais do Museu Paulista, tomo XV. Escritas em inglês, as cartas de Mary Dacomb tratam desde fatos corriqueiros como namoros, casamentos, batizados, nascimentos e mortes, assim como reflexões sobre o país onde desenvolvem a missão e as preocupações com os rumos da campanha educativa missionária. Demonstra grande admiração por Lane e o trabalho que este realiza no Mackenzie College.

New Jersey e em 1865 foi nomeada para trabalhar numa escola pública nos Estados Unidos. Anos depois veio para o Brasil trabalhar como missionária, lecionando primeiramente em Rio Claro. Em 1877, juntamente com Mary Dascomb, foi para São Paulo onde passou a lecionar na Escola Americana. As duas professoras permaneceram no Brasil dando continuidade ao trabalho missionário educativo até 1917 quando, com apenas um dia de diferença, viriam a morrer, Ella Kuhl nos Estados Unidos e Mary Dascomb em Curitiba. (GOLDMAN, 1961, p.253).

Na República, o magistério exercido por mulheres, a co-educação dos sexos, a implantação de uma prática educativa inovadora e uma visão de mundo diferenciada ganharam a simpatia dos intelectuais reformadores. As escolas protestantes, durante um determinado período, firmaram-se como centros de excelência irradiadores de modernas metodologias, passando a ser aceitos também pela classe média ascendente urbana e por uma pequena burguesia que se considerava progressista. Essas escolas contaram com mulheres colaborando eficazmente para sua implantação e funcionamento. Ao lado dos homens dedicaram suas vidas e seus esforços para erigir escolas e igrejas, disseminando no país escolhido, a sua religião, o que também significava, o seu estilo de vida.

Ao findar o século XIX, a Província de São Paulo contava vários estabelecimentos de ensino denominados Escolas Americanas. Essas escolas passaram a fazer parte da oferta de ensino regular num sistema escolar que tentava firmar-se na educação paulista e chegaram mesmo a destacar-se no cenário nacional, sendo reconhecidas pelas autoridades brasileiras, colaborando na construção da cultura, da nacionalidade e da identidade do país.

A introdução das premissas liberais vigentes nos Estados Unidos, instituíram um novo tipo de educação escolar que, se por um lado agradava alguns setores progressistas republicanos, por outro era visto com receio pelos setores conservadores da sociedade civil e pela Igreja Católica, empenhada em recuperar espaços perdidos no campo educacional.

Ao veicularem o trabalho feminino como fator de elevação moral e espiritual do magistério, e instituírem classes mistas onde se praticava ensino igual para ambos os sexos, descortinaram uma perspectiva educacional diferente da pregada pelos colégios católicos e até mesmo pelo ensino público.

No caso do missionarismo protestante, talvez o mais forte elemento definidor da identidade fosse o inimigo comum, a Igreja católica, e a oposição que esta dirigiu à religião

protestante. Quando a oposição se articulava em torno de embates ideológicos de qualquer natureza, católicos e protestantes se deslocavam para pólos opostos, cada qual defendendo uma posição que, essencialmente, ligavam-se a essa mesma identidade que definia modos de vida, crenças e procedimentos incompatíveis entre si.

O caráter protestante se revelava em afirmativas que as mulheres versadas na doutrina religiosa seriam as mais indicadas para ensinar tanto na família como na escola. Desse ponto de vista, o trabalho educativo era visto como ato missionário, fazendo com que mulheres enfrentassem os perigos nas fronteiras ainda selvagens de seu país e se aventurassem por terras estrangeiras perseguindo o ideal de, através da educação e da religião, servir a Deus e à Pátria. Nesse ato, se embutia um senso de dever onde o despreendimento e a austeridade casavam perfeitamente com a proposta republicana de erigir uma grande nação, com o ideal manifesto de que fosse ela uma das maiores do mundo.

O IDEAL DO MISSIONARISMO FEMININO

As professoras e os professores eram considerados os agentes de Deus para desempenhar uma grande tarefa; seu concurso era imprescindível para o avanço intelectual, social e moral do mundo situando-se, antes dos ministros, no topo da escala de maior importância na sociedade. Para as mulheres, o magistério era a sacralidade vocacionada, era o cumprimento dos desígnios de Deus, além de representar um ato de heroísmo e de patriotismo. Nas revistas do período, histórias eram publicadas nas quais a professora era a heroína que a tudo vencida em nome do amor à profissão. Em outras, a moça abandonada pelo noivo, através de uma vida de paciência e resignação, triunfava graças ao seu amor pelos alunos.

Quando os missionários protestantes se dirigiram ao Brasil na sua missão evangelizadora, trouxeram esposas e filhas que iriam desempenhar a tarefa de educar, juntamente com a pregação religiosa, enquanto eles se incumbiam dos atos públicos de fundar igrejas e escolas, construir edifícios e participar da vida política do país.

As mulheres que acompanhavam os missionários foram para as salas de aula, organizaram o ensino, administraram os colégios e as escolas paroquiais, encarregando-se também das obras caritativas e de salvação, desempenhando o seu próprio *destino manifesto* de serem as

responsáveis pela educação das futuras gerações, iluminando assim sua existência com os ditames da *verdadeira fé*. Nesse mister, que também era vocação e ofício divino, as professoras missionárias norte-americanas, além de referendarem os atributos femininos para o desempenho profissional no magistério, também defenderam a co-educação, prática advinda da necessidade de não segregar os alunos por conta do sexo e fornecer a meninos e meninas os mesmos conhecimentos. Tudo isso na esteira de um ideal democrático de igualdade que estava se alicerçando em seu país de origem, tendo na base um pensamento que misturava à profissão a imagem da sacralidade e ao trabalho das mulheres na educação a ideologia de missão, vocação e destino.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jane S. de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.
- ALMEIDA, Jane S. de. Mulheres na escola: algumas reflexões sobre o magistério feminino. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 96, fev., 1996.
- BARBANTI, Maria L. S. H. Escolas Americanas de confissão protestante na Província de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 66, n. 152, jan/abr., 1985.
- BARREIRA, Cecília. **História das nossas avós: retrato da burguesa em Lisboa 1890-1930**. Lisboa: Edições Colibri, 1992.
- BOSCHETTI, Vania R. Ora et Labora: a educação feminina em Sorocaba na perspectiva beneditina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2006. ANAIS DO GOINIA.
- GOLDMAN, Frank. As cartas de Miss Mary Dascomb ao Dr. Horace Manley Lane. (1886-1907). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, 1961.
- GOLDMAN, Frank. **Os Pioneiros Americanos no Brasil: educadores, sacerdotes, covos e reis**. São Paulo, Pioneira, 1972.
- HILSDORF, Maria L. S. **Francisco Rangel Pestana: jornalista, político, educador**. São Paulo, FEUSP, Tese de Doutorado, 1986.
- LOURO, Guacira L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.
- MANOEL, Ivan. A. **Igreja e Educação Feminina, 1859/1919: uma face do conservadorismo**. São Paulo, Editora da Unesp, 1996.

REIS Filho, Casimiro dos. **A educação e a ilusão liberal**. São Paulo, Cortez, 1981.

RIBEIRO, Arilda I. M. **A educação feminina durante o século XIX: o Colégio Florence de Campinas 1863-1889**. Campinas: Unicamp, 1996.

SILVA, Elizete. Protestantismo e questões sociais. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 14, p.129-142, 1996.